



Luxemburgo, 25 de junho de 2018  
(OR. en)

10369/18

MOG 45  
COPS 232  
CFSP/PESC 601  
COHAFA 51  
RELEX 577  
YEMEN 3

## RESULTADOS DOS TRABALHOS

---

de: Secretariado-Geral do Conselho

para: Delegações

---

n.º doc. ant.: 10238/18, MOG 44, COPS 231, CFSP/PESC 600, COHAFA 50, RELEX 576, YEMEN 2

---

Assunto: Conclusões do Conselho sobre o Iémen  
- Conclusões do Conselho (25 de junho de 2018)

---

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, as conclusões do Conselho sobre o Iémen adotadas pelo Conselho na reunião de 25 de junho de 2018.

**CONCLUSÕES DO CONSELHO SOBRE O IÉMEN**

1. A UE reafirma a sua preocupação extrema relativamente à contínua deterioração da situação no Iémen e ao facto de as partes no conflito terem continuado em confronto militar, mais recentemente em Hodeida e nos arredores. Tal situação resultou numa escalada das hostilidades e num novo agravamento da situação humanitária, que já era catastrófica. A UE reitera que não pode haver uma solução militar para o conflito e apoia firmemente o enviado especial do secretário-geral da ONU para o Iémen, Martin Griffiths, e os seus esforços para alcançar uma solução política inclusiva para este conflito. Neste quadro, a UE manterá o seu diálogo com todas as partes no conflito e está preparada para reforçar a sua ação no Iémen, nomeadamente na prestação de ajuda humanitária em todo o país e na mobilização da assistência ao desenvolvimento para financiar projetos em setores fundamentais. A UE manifesta a sua grande preocupação com a fragmentação da estrutura política interna no Iémen. A UE reafirma o seu firme empenho na unidade, na soberania, na independência e na integridade territorial do Iémen e apela a todos os intervenientes no país e na região para que as respeitem.
  
2. A UE recorda as suas anteriores conclusões do Conselho sobre o Iémen, nomeadamente as de 3 de abril de 2017 e as de 16 de novembro de 2015. A paz sustentável só pode ser alcançada através de negociações que envolvam a participação efetiva de todas as partes implicadas, incluindo a sociedade civil, as mulheres e os jovens. Por conseguinte, a UE apoia os esforços do enviado especial da ONU para relançar o processo político, em particular a sua intenção de renovar negociações políticas inclusivas logo que possível, por forma a debater o seu quadro político sobre acordos transitórios de segurança e políticos escalonados. A UE manifesta preocupação pelo facto de os últimos acontecimentos ameaçarem prejudicar os esforços liderados pela ONU no sentido de retomar as negociações para encontrar uma solução política para o conflito e congratula-se com a determinação das Nações Unidas, manifestada pelo enviado especial da ONU, Martin Griffiths, em fazer avançar o processo político. A UE exorta todas as partes a cessarem a escalada atual, darem mostras de contenção, trabalharem urgentemente para alcançar um cessar-fogo a nível nacional e colaborarem construtivamente com as Nações Unidas. A UE apela a que seja concedido ao enviado especial da ONU o acesso pleno e livre a todos os intervenientes pertinentes no Iémen.

3. A UE está profundamente preocupada com a recente intensificação das operações militares na cidade e no porto de Hodeida, bem como nos seus arredores, incluindo o impacto na população civil das operações militares da Coligação. A UE insta todas as partes do conflito a garantirem a proteção dos civis e a respeitarem plenamente o direito humanitário internacional, nomeadamente o acesso sem entraves da ajuda humanitária e uma passagem segura para todos os que queiram fugir ao conflito. Neste contexto, a UE recorda que não existe atualmente nenhuma alternativa viável ao porto de Hodeida como plataforma de distribuição dos bens comerciais e de ajuda humanitária necessários e apela a todas as partes para que assegurem o funcionamento pleno e efetivo do porto de Hodeida como elemento vital para o apoio humanitário e ponto de acesso comercial para os fornecimentos de bens essenciais.
  
4. A UE condena o lançamento de mísseis balísticos pelos hutis contra o Reino da Arábia Saudita, incluindo alvos civis, e contra os navios em trânsito no estreito de Bab Al Mandab. A UE manifesta grande preocupação com a proliferação de tecnologia e mísseis balísticos. Estas ações intensificam as tensões regionais e ameaçam a segurança e a estabilidade dos vizinhos do Iémen, nomeadamente no Corno de África, a liberdade de navegação, em particular na região do mar Vermelho, e o comércio marítimo mundial. A UE regista com preocupação as conclusões do painel de peritos das Nações Unidas sobre o Iémen, que detetou o incumprimento do embargo ao armamento imposto no ponto 14 da Resolução 2216 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.
  
5. A estabilidade na região tem uma importância vital para a UE. A UE intensificará os seus esforços no Iémen e está empenhada numa abordagem global e estratégica que abranja todos os intervenientes regionais pertinentes. A UE e os seus Estados-Membros estão ativamente empenhados no diálogo com os intervenientes regionais, inclusivamente através de consultas políticas reforçadas, apoiando os esforços do enviado especial do secretário-geral da ONU para o Iémen de promoção de um acordo global que ponha termo ao conflito. A UE renova o apelo a todos os intervenientes internacionais e regionais para que dialoguem construtivamente com as partes iemenitas, a fim de permitir o desanuviamento do conflito e uma solução negociada.

6. A UE reitera a sua veemente condenação dos ataques contra civis e reitera o seu apelo urgente a todas as partes para que garantam a proteção dos civis e o cumprimento do direito internacional humanitário e o direito internacional em matéria de direitos humanos, incluindo o respeito pelo princípio da distinção entre a população civil e os combatentes, bem como entre alvos civis e alvos militares, e pelo princípio da proporcionalidade, e para que usem de precaução durante as hostilidades. A UE está profundamente preocupada com o impacto das hostilidades em curso, nomeadamente com os bombardeamentos em áreas densamente povoadas, o cerco de cidades e a utilização de minas antipessoal e munições de dispersão, bem como com ataques que provocam a destruição de infraestruturas civis, incluindo escolas, instalações médicas, zonas residenciais, mercados, sistemas de abastecimento de água, portos e aeroportos. Garantir a responsabilização pelas violações é uma parte importante do processo para alcançar uma solução duradoura para o conflito em curso. A UE apela a todas as partes no conflito para que ponham termo ao recrutamento ou utilização de crianças como soldados e a outras violações graves cometidas contra elas em violação do direito e das normas internacionais aplicáveis. A UE apela também a todas as partes para que libertem as crianças que já foram recrutadas e cooperem com as Nações Unidas para a sua reabilitação e reintegração nas suas comunidades. Além disso, a UE apela a todas as partes no conflito para que tomem todas as medidas necessárias a fim de prevenir e dar resposta a todas as formas de violência, incluindo a violência sexual e baseada no género, em situações de conflito armado.
7. A UE reitera o seu apelo urgente a todas as partes no conflito para que tomem as medidas necessárias para garantir investigações eficazes, imparciais e independentes de todas as alegadas violações e atropelos dos direitos humanos e das alegadas violações do direito humanitário internacional, em conformidade com as normas internacionais e com vista a acabar com a impunidade. Neste contexto, a UE apoia a plena aplicação da Resolução A/HRC/36/31 do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, que cria o grupo de destacados peritos internacionais e regionais. Apelamos a todas as partes a que alarguem o acesso e a cooperação plenos e transparentes ao grupo para que possa exercer o seu mandato. Do mesmo modo, incentivamos o Alto-Comissariado para os Direitos Humanos a continuar a prestar assistência técnica à Comissão Nacional.

8. A UE também está preocupada com a crescente presença no Iémen de grupos criminosos e terroristas, incluindo a Alcaida na Península Arábica e o Daexe, e condena com a maior veemência todos os atentados terroristas. A UE insta o Governo do Iémen a assumir as suas responsabilidades na luta contra os grupos terroristas que estão a tirar partido da atual instabilidade. É particularmente importante que todas as partes no conflito atuem com firmeza contra esses grupos.
  
9. O atual conflito no Iémen persiste há quatro anos e criou a maior crise humanitária do mundo: mais de 22 milhões de pessoas – 80 % da população – precisa agora de apoio humanitário ou de proteção. Mais de dez milhões de pessoas têm necessidade premente de assistência. Mais de dois milhões de pessoas foram deslocadas internamente. As pessoas em situações vulneráveis, as mulheres e as crianças são particularmente afetadas pelas hostilidades em curso. Apesar dos esforços da comunidade humanitária, há 17 milhões de iemenitas em situação de insegurança alimentar, entre os quais mais de oito milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave e em risco de morte por inanição. A interrupção da prestação de serviços públicos essenciais, em particular nos domínios da saúde, do saneamento e da educação, agravou ainda mais a crise humanitária corrente. Face a esta situação, a UE congratula-se com o Plano das Nações Unidas de Resposta Humanitária para o Iémen relativo a 2018 e manifesta o seu apreço pelos resultados da conferência de doadores de alto nível para o Iémen, realizada em 2018 em Genebra pelas Nações Unidas e pelos Governos da Suécia e da Suíça, durante a qual os doadores internacionais doaram mais de dois mil milhões de dólares. A UE incentiva todos os doadores a desembolsarem rapidamente os seus donativos e a canalizá-los para o Plano das Nações Unidas de Resposta Humanitária para o Iémen relativo a 2018 como parte da resposta coordenada internacional à crise.

10. A UE mantém-se empenhada em continuar a prestar ajuda de emergência a todas as pessoas no Iémen que dela necessitem. Ao mesmo tempo, a UE partilha a preocupação das Nações Unidas e de outros doadores com a redução contínua do espaço humanitário, como comprovado pelas dificuldades na obtenção de vistos e licenças, com o assédio e a intimidação do pessoal humanitário, a proliferação de pontos de controlo e de detenções arbitrarias, o confisco e a imposição indevida de taxas à ajuda humanitária pelas autoridades aduaneiras ou o cancelamento de programas, incluindo campanhas de vacinação. A UE apela a todas as partes a colaborarem de boa fé com a comunidade humanitária de modo a garantir que as pessoas no Iémen possam ter acesso à assistência de que precisam urgentemente. A UE apela a todas as partes no conflito a cumprirem as suas obrigações ao abrigo do direito humanitário internacional por forma a permitir e facilitar o acesso seguro, rápido e sem entraves dos bens e do pessoal humanitários a todas as pessoas que precisam de ajuda em todas as províncias afetadas. A UE sublinha que a assistência humanitária deverá ser prestada no pleno respeito dos princípios da humanidade, da neutralidade, da imparcialidade e da independência com base nas necessidades e rejeita qualquer tentativa de interferência com a sua distribuição. A UE sublinha a necessidade de uma coordenação eficiente e eficaz entre os doadores.

11. A UE também está extremamente preocupada com o impacto que as restrições de acesso às importações comerciais e humanitárias têm na situação humanitária e apela a todas as partes no conflito a permitirem e facilitarem o acesso seguro, rápido e sem entraves dos bens comerciais e humanitários, nomeadamente os alimentos, o combustível e os produtos médicos importados. É essencial garantir a abertura integral e sustentável de todos os portos e aeroportos no Iémen, incluindo os portos de Hodeida e Saleef e o aeroporto de Saná, a todas as importações comerciais e humanitárias, bem como às evacuações médicas e aos voos comerciais. A UE salienta a importância de assegurar o processamento eficaz e atempado da navegação comercial, incluindo no que respeita ao combustível, e apoia plenamente a continuação do Mecanismo de Verificação e Inspeção das Nações Unidas (UNVIM), cujo reforço irá analisar, e a execução plena e sem entraves do seu mandato. A plena cooperação da Coligação e do Governo do Iémen é essencial para o UNVIM poder funcionar com eficácia e cumprir o seu mandato. A UE faz um apelo à Coligação, em particular, para que garanta que os navios já inspecionados pelo UNVIM possam chegar rapidamente ao seu porto de destino no Iémen. A UE renova o seu apelo à plena aplicação do embargo ao armamento imposto pelo Conselho de Segurança da ONU. A este respeito, a UE reitera também a aplicação estrita das regras definidas na Posição Comum 2008/944 sobre a exportação de armas.
12. A UE manifesta a sua preocupação com os relatos sobre a negação da liberdade de religião ou crença, que incluem a discriminação, as detenções ilegais e o recurso à violência. A perseguição das minorias religiosas é particularmente preocupante. A liberdade de expressão também está ameaçada, tendo sido assinaladas detenções de jornalistas. A UE manifesta também preocupação com os relatos credíveis sobre a utilização de prisões secretas em áreas controladas pelo Governo do Iémen.

13. A UE está profundamente preocupada com o colapso iminente da economia do Iémen. O PIB do país diminuiu para menos de metade desde o início do conflito em 2015 e cerca de 40 % dos agregados familiares declararam ter perdido a sua principal fonte de rendimentos. A crise económica, o colapso dos serviços públicos, a inflação descontrolada, em particular dos preços dos produtos de base (os preços dos bens alimentares aumentaram em 30 %), e a desvalorização do rial iemenita, que perdeu metade do seu valor, tornaram-se impulsores da crise humanitária. O pagamento regular de salários a cerca de 1,4 milhões de funcionários públicos não militares no Iémen foi efetivamente interrompido no final de 2016, impedindo-os, bem como aos 5,6 milhões de pessoas que deles dependem, de poderem comprar regularmente bens alimentares ou medicamentos. Dado que os funcionários públicos não recebem salários, apenas metade das instalações de saúde do Iémen funciona e os sistemas de água e saneamento não têm manutenção. Por conseguinte, a UE apela ao governo do Iémen para que, com caráter de urgência, pague em todo o país os salários dos funcionários públicos, incluindo os pagamentos em atraso, em particular aos funcionários que trabalham nos setores críticos da educação, da saúde e do saneamento, e faça uma gestão das suas receitas e contas de forma responsável e transparente, nomeadamente assegurando um funcionamento melhor e mais neutro do Banco Central do Iémen, no interesse de todos os iemenitas.
14. A UE continuará a prestar assistência ao desenvolvimento ao Iémen, dando prioridade às intervenções destinadas a estabilizar o país através do fornecimento de conhecimentos técnicos, formação, acompanhamento e assistência em espécie às partes interessadas em todo o país. A UE trabalhará também nas zonas estáveis com as autoridades locais para promover a resiliência, ajudar a manter a prestação de serviços básicos e promover meios de subsistência sustentáveis junto das comunidades, em especial de quem sofre o impacto do deslocamento prolongado. As medidas centrar-se-ão, em particular, nos domínios da saúde, da nutrição e da resiliência rural. A UE assegurará a plena complementaridade e a sinergia entre a assistência humanitária e a ajuda ao desenvolvimento através de um conjunto coerente de medidas de resposta à crise, recuperação rápida, resiliência e estabilização.